



# Assédio Moral nas Relações Trabalhistas

A área médica, assim como os demais setores produtivos do país, também está sujeita ao que se denominou chamar de “assédio moral”, que tem origem histórica na organização do trabalho, tendo em vista a relação domínio-submissão entre capital e força de trabalho, segundo nos ensina Maria Aparecida Alkimin (Assédio Moral na Relação de Emprego, Juruá, 2005).

ASSUNTO LEGAL

O assédio moral, porém, não se restringe ao ambiente de trabalho, que é apenas o local em que as pessoas produzem riquezas. A vida em sociedade é muito mais abrangente, envolvendo a família, a escola, a igreja, os amigos, etc. Portanto, aqui ele também está presente.

Neste espaço, todavia, abordaremos apenas o assédio moral que está diretamente relacionado com o trabalho, já que da sua ocorrência poderão advir consequências de ordem patrimonial.

O “terrorismo psicológico”, como também é conhecido o assédio moral, caracteriza-se pela prática reiterada de agressões, que tanto podem ser verbais, regra geral, como também através de gestos, de olhares, sempre com o objetivo de intimidar a vítima, de modo a deixá-la humilhada e constrangida.

Como exemplo de assédio moral, citamos as seguintes frases: você não serve para nada; o seu trabalho é uma droga; não sei o que você ainda está fazendo aqui, etc.

Tais atos, tanto podem ser praticados pelo empregador, como também pelos seus subordinados. Daí a existência de pelo menos três espécies de assédio moral.

A primeira espécie, mais comum, é conhecida como vertical descendente; é a praticada pelo próprio empregador.

A segunda, horizontal simples, ocorre entre os próprios colegas de trabalho, que ocupam idêntica posição hierárquica na empresa.

Na terceira, denominada de vertical ascendente, as agressões partem de baixo para cima, do subordinado para o superior.

Todas elas geram desconforto psicológico para a vítima, que dia-a-dia vai se sentindo cada vez mais fragilizada, até chegar ao ponto de não resistir mais e sucumbir.

Ocorre que o comportamento do agressor, como não poderia ser diferente, viola um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, que está previsto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal: o princípio da dignidade humana.

Quando o assediador agride a sua vítima, o princípio da dignidade humana está sendo violado, ou seja, há o cometimento de ato ilícito, que segundo a legislação civil pode ser exclusivamente moral.

Todo aquele que comete um ato ilícito fica obrigado a repará-lo, consoante dispõe o artigo 927 do Código Civil Brasileiro.

No entanto, quando o ato não é praticado pelo empregador, mas, sim, por um preposto, aquele acaba por responder

pela má conduta deste, pois é presumida a culpa do patrão pelo ato culposo do empregado ou preposto, já que ele tem o poder de vigiar e fiscalizar as atividades dos seus subordinados.

Por isso, o empregador tem que ficar atento a tudo o que está acontecendo no ambiente de trabalho, punindo exemplarmente eventual assediador, pois do contrário poderá responder pelos atos por ele praticados.

As ações por assédio moral, em decorrência do acesso à informação, são cada vez mais comuns, existindo centenas e milhares de processos em que a violação do direito foi reconhecida e punida.

Ilustrativamente a seguinte decisão, obtida na obra de Irany Ferrari e Melchíades Rodrigues Martins intitulada Dano Moral – Múltiplos Aspectos nas Relações de Trabalho, LTR:

“ASSÉDIO MORAL. EXPRESSÕES PEJORATIVAS E PRECONCEITUOSAS. Trabalhador que, por repetidas vezes, é tratado em público por superior hierárquico de forma pejorativa e preconceituosa, procedimento que beira à discriminação racial, tem assegurado o direito de perceber indenização por dano moral” (TRT 12ª Região – RO – V 00357-2003-024-12-00-3 – (Ac. 2ª T. 08591/04), 6.7.04) – Rel. Juiz C. A. Godoy Ilha. DJSC 10.08.04, p. 180”.

O grande nó da indenização por assédio moral está na sua quantificação, isto é, no valor que deve ser condenado o assediador.

Não há no nosso sistema jurídico uma regra pronta e acabada estabelecendo critérios objetivos para o caso concreto. Por isso, os valores são fixados de acordo com o prudente arbítrio do Juiz, que leva em consideração, resumidamente, os seguintes aspectos: o tipo de agressão, a capacidade econômica do agressor, a situação da vítima, a repercussão do ato, etc.

Na decisão acima mencionada a condenação foi fixada em R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Em razão do exposto, recomendamos a todos, em geral, muita atenção e cautela quando do aparecimento de indícios de assédio moral, que devem ser repelidos de forma imediata e firme, de modo a impedir a sua continuidade.

**Dr. Carlos Alberto Teixeira de Nóbrega** é advogado da área de direito trabalhista do escritório Bueno Barbosa Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao CBR